

Na democracia, votar não é tudo

Quase 30 anos depois o Brasil toma a votar para presidente da República. Recupera-se um direito democrático, cuja conquista tanto esforço e mobilização exigiu da população brasileira. Esse fato, em si mesmo, é cheio de significado, e diante da atual situação do país e das expectativas que pode gerar em seus habitantes, deve ser analisado profundamente.

Vivemos numa grave crise. A economia encontra-se estagnada e a taxa de inflação, independentemente dos planos governamentais, atinge elevado patamar. No momento, ela teima em ficar por volta dos 30% ao mês, mas as perspectivas futuras não são nada alentadoras. Como consequência, diminui o poder de compra dos salários e aumentam as dificuldades para se garantir o sustento mínimo. A desnutrição em massa é a triste realidade de um país que, paradoxalmente, ostenta a oitava economia mundial.

Sob o ponto de vista político, verifica-se um distanciamento cada vez maior entre governo e nação. A fraqueza do governo central faz que a nação navegue ou aparente navegar sem rumo. Quais os destinos deste país? Para onde estamos indo? Trata-se de uma crise de identidade, talvez sem precedentes na história brasileira. Daí a expectativa de uma reaproximação do próximo governo com a nação.

Até o momento, as principais demandas sociais nem de longe vêm sendo atendidas. Nas grandes cidades, o sistema de transporte coletivo, refletindo descaso de anos e anos, encontra-se em estado caótico. No campo da saúde já nos destacamos como expoente em doenças contemporâneas, como os males cardíacos e a Aids; isso sem nos termos livrado de velhas doenças, que continuam se alastrando no Brasil. Somos um dos poucos países no mundo em que a hanseníase permanece se alastrando; são muitos os tuberculosos, os doentes com sarampo, retardamento mental etc. etc. O dinheiro que todo mês é descontado do salário do trabalhador para a Previdência Social não retorna sob forma de uma assistência médica adequada, ou de uma

aposentadoria que ao menos não represente queda nos níveis salariais.

Quanto à habitação, o programa anunciado pelo governo para este ano, prevendo a construção de 90 mil casas populares, num país onde o déficit habitacional é da ordem de dez milhões, revela como estamos distantes de resolver a questão. Para onde está indo o dinheiro do FGTS, criado para resolver o problema habitacional, é uma pergunta que deve ser respondida urgentemente.

Na área da educação, nada de melhor se observa. As exigências legais quanto às verbas que deveriam ser aplicadas na educação vêm sendo descumpridas sistematicamente pelas várias instâncias de governo, enquanto deteriora-se, ano a ano, o nível do ensino público.

Frente a tal quadro, em cuja descrição se poderia delongar mais e mais, é que se evidencia o que está em jogo para o futuro da nação. Não se trata apenas de recuperar o direito de votar para presidente da República. As expectativas da população brasileira vão muito além. Sob a óptica dos milhares de migrantes que perambulam sem rumo por este país, é inaceitável termos uma Constituição tão retrógrada no que concerne à propriedade da terra. A expectativa é grande. Não podemos, porém, fazer da eleição presidencial uma panacéia. Longe da ilusão de um "salvador da pátria".

O que se espera é que o próximo pleito signifique mais uma etapa na caminhada para uma participação efetiva da população no processo decisório, como também para uma mais justa distribuição dos benefícios materiais do desenvolvimento. Nessa perspectiva, a imensa e urgente tarefa de superação da crise não compete apenas ao futuro presidente e a seus sucessores (ainda que o governo tenha nela um papel primordial), mas sobretudo aos movimentos populares, entidades e organismos da sociedade civil como um todo, com singular relevância para a decisiva participação da classe trabalhadora.